



Para a solidariedade, nada é impossível. Ela abre os caminhos da paz, na superação da miséria e da fome, inaugurando a chegada de uma terra sem males, sem senhores e sem escravos, um mundo de irmãos.

Endereço do autor:

Email: paulimad@terra.com.br



Reinaldo Pereira e Silva: "Introdução ao Biodireito. Investigações político-jurídicas sobre o estatuto da concepção humana", Editora LTr, São Paulo, 2002, 23 x 16cm, 391 p.

Márcio Bolda da Silva

O contato com a obra do professor e jurista catarinense Reinaldo Pereira e Silva, *Introdução ao Biodireito. Investigações político-jurídicas sobre o estatuto da concepção humana*, publicada pela LTr, não deixa dúvida a respeito de duas impressões relevantes. A primeira, avulta de modo tangível que o estudo desenvolvido não se restringe a uma investigação meramente introdutória. Muito mais do que isso, é uma pesquisa séria, profunda, criteriosa e, fundamentalmente, abalizada em ampla e farta bibliografia.

A segunda impressão se dá conta de que, desde as "advertências iniciais" até a "conclusão final", está em foco um único e vigoroso objetivo, o estatuto biológico, ético e jurídico da concepção humana, juntamente com a defesa irrestrita de que o conceito, desde a fecundação, já é indivíduo humano, pessoa. Segue daí o pressuposto de que ética e direito se entrelaçam em vista da ordenação da dignidade humana, "reconhecendo que a vida é uma prerrogativa fundamental do homem, e cuja tutela jurídica, sob pena de acintosa arbitrariedade, não pode admitir nenhuma diretriz discriminatória" (p.20).

A rigor, esse é substancialmente o *leitmotiv* do texto. Apresenta-se como o *phylum* central, através do qual os capítulos se mantêm intercalados e a posição do autor, demonstrada com firmeza e veemência.

Não obstante os méritos que uma abordagem dessa envergadura possa ostentar, se abrirmos espaço para uma análise mais crítica sobre

* O Recensor é Doutor em Teologia Moral e em Filosofia, e Professor na Pós-Graduação em Teologia da PUC-RS.



“o plano de trabalho” ou a sua estrutura metodológica, vêm à baila algumas lacunas. Vamos sondá-las, percorrendo as três partes que compõem o estudo.

Na primeira parte, os dois primeiros capítulos servem de embasamento para a tese da qual o autor se faz adepto, e cuja explanação envolve todo o terceiro capítulo: “a teoria que melhor esclarece o estatuto biológico da concepção humana é a da cariogamia” (p.86). Ou seja, com a fusão dos pronúcleos materno e paterno, dá-se o início do ciclo vital humano. Assim, o zigoto é “um indivíduo humano em ato que inicia o seu próprio desenvolvimento” (p.87).

A descrição da concepção natural, do desenvolvimento gradativo pelo qual passa o feto até o nascimento, e das modalidades de fecundação artificial, é esboçada de forma sintética e dentro de uma linguagem clara e sistemática. É explícito que tudo isso é esquadrihado com o fito de fundamentar os critérios para a identificação do início da individualidade humana, cuja compreensão inclui as premissas de que o “genoma humano é especificamente individual” (p.91), “unitário” (p.94), assim como “a autonomia biológica existe desde a concepção” (p.97).

Nesse ponto, a exposição esbarra em alguns limites. Em primeiro lugar, o autor não esclarece, muito menos se dá conta de que a investigação que desenvolve sobre o estatuto antropológico do embrião emprega termos, como “pessoa individual”, “autonomia”, “subsistente”, “potência”, “substância”, cuja origem remete ao ponto de vista metafísico-essencialista, de corte, particularmente, aristotélico-tomista.

Convém ressaltar que, em bioética, a via essencialista acredita firmemente na possibilidade de chegar à essência da realidade humana. Só esse percurso oferece segurança para captar o ser humano a partir dele mesmo, das propriedades que o definem como tal. Nesse modo de apreensão, a essência humana é captada como algo que está em si e que existe por si. Ou seja, na perspectiva do essencialista, atingir a essência humana é o mesmo que chegar ao ponto de apoio substancial, sólido, a partir do qual o ser da pessoa se mostra, se define como *subsistente*. E, pela ótica metafísica, o conceito de *subsistente* tem um significado estrito, pois identifica, de forma categórica, o que está em posse de seu próprio ato de ser. Esses pressupostos, no terceiro capítulo, passam despercebidos. Se, ao menos, fossem subentendidos, a argumentação apresentaria maior *reforço conceitual* para o confronto com a “teoria do pré-embrião” (p.88).



Aliás, nesse confronto, fica esquecido que o debate acerca da pergunta que indaga sobre o início da vida humana é bem mais controverso do que supõe o texto. Para alguns pensadores, essa discussão não se reduz exclusivamente ao âmbito biológico. Ela precisa ser ampliada, para incluir o plano filosófico-sócio-cultural. Na opinião de E.L. Azpitarte, essa é uma questão na qual se entrelaçam problemas de biologia, ética, filosofia, teologia, concepções culturais, vivências psicológicas... A vida humana é também “vida humanizada”. E, ao sentido de “humanização”, é óbvio que se vincula a influência determinante do ambiente sócio-cultural.

Em direção à segunda parte, dois capítulos tentam colocar os fundamentos para o estatuto bioético da concepção humana. No entanto, a explanação e a sistematização desse intuito ficam aquém do objetivo específico de “fundamentar a qualidade de pessoa em uma ética de substrato verdadeiramente personalista, revelando que a distinção entre homem/pessoa e homem/não pessoa é premissa necessária apenas para uma sociedade que, em vez de nortear-se pelo amor, se pauta pela parvoíce segundo a qual quem não consegue se adaptar aos imperativos da utilidade deve perecer, a despeito do valor da vida em questão” (p.20).

Se, na segunda parte, o intento se restringe a sedimentar as balizas para a fundamentação de uma “ética verdadeiramente personalista”, a falta de articulação e conexão entre os itens analisados ofusca a grandeza e a amplitude do objetivo visado. No desenvolvimento da exposição, vai-se construindo um quadro de conceitos e terminologias como, por exemplo, ética autoritária (p.113), ética humanista (p.115), ética material (p.119), humanismo antropocêntrico (p.123), sinderese (p.127) etc, sem a vinculação apropriada e a argumentação convincente e percuciente, no que tange à meta delineada como tese central da obra: aprofundar e alargar as bases de uma ética personalista em vista da defesa do estatuto biológico, ético e jurídico do conceito. Toda essa variedade de termos, de temáticas diversificadas, característica de manual de ética filosófica, é explanada de modo estanque, sem a devida correlação com o que o autor propõe secundar em primeiro plano.

Como essa segunda parte focaliza o estatuto “bioético” da concepção humana, no nosso entender, a questão bioética é “tangencialmente” examinada. No conjunto da análise, parece ter o tratamento de um tema periférico. Apenas no final, reserva-se um espaço exíguo para a famigerada “trindade bioética”: beneficência e não-maleficência (p.173), autonomia (p.175), justiça (p.176). A título de sugestão, talvez a discussão se revestiria com mais originalidade e

persuasão, se o autor tivesse esboçado o confronto bioético entre o ponto de vista personalista e o pragmático-liberal, posto que esse é o aspecto nodal e crucial do atual debate bioético.

Já introduzindo a nossa resenha na terceira parte, dedicada ao estatuto biojurídico da concepção humana, desponta explícito que é nesse âmbito que o autor se destaca pela segurança e competência com que domina a “matéria jurídica”. Procurando manter a conexão com a tese central, desde o início, a sua investida reflexiva estatui o autêntico pressuposto da política jurídica: “o ser humano, detendo a qualidade de pessoa, é portador de dignidade ética e titular de direitos inatos, inalienáveis e imprescritíveis, a que o Estado deve respeito, por serem os meios naturais para o reto cumprimento do próprio fim estatal. Assim, a dignidade da pessoa humana não é uma criação do direito, público ou privado, pois é um dado preexistente a toda experiência especulativa, como a própria pessoa” (p.191).

Sendo esse o alvo da investigação, o texto se enriquece com o aprofundamento de várias outras premissas, indispensáveis para formular as bases objetivas de um autêntico estatuto jurídico da concepção, a saber: o princípio da dignidade da pessoa (p.188), direitos humanos (p.193), direitos naturais (p.196), direitos fundamentais (p.210), direito à vida (p.200), a distinção entre fundamentalidade formal e material relacionada à idéia de Constituição (p.213), o conceito de pessoa, personalidade (p.219), de capacidade jurídica (p.222), direitos e deveres patrimoniais e não patrimoniais (p.232).

Além disso, convicto de que ética e direito comungam da mesma base axiológica, a dignidade humana, o autor investe na tentativa de manter intimamente vinculados bioética e biodireito. Ao longo da exposição, recebe forte acento a idéia de que “o biodireito sem a bioética é cego e a bioética sem o biodireito resulta vazia” (p.245). Nesse caso, o próprio biodireito se transforma em uma “hermenêutica da vida”. O direito à existência, portanto, “liga-se ao dever de conservar-se em vida e o direito a um condigno padrão de vida, à obrigação de viver dignamente” (p.246). Sob a égide dessa primeira grandeza para o biodireito, todo o segundo capítulo da terceira parte se ocupa com a análise crítica dos estatutos nacionais e transnacionais sobre a concepção humana.

Por fim, além dos méritos já evidenciados anteriormente, não poderíamos chegar ao término de nossas considerações, sem colocar em realce a importância e a necessidade das investigações político-jurídicas

desenvolvidas e discutidas pelo autor. Esse tipo de estudo, de um lado, vem preencher e arrojear luz sobre o “vazio jurídico” que se constata na esfera nacional, no que diz respeito a uma legítima e equilibrada legislação sobre os problemas bioéticos que afetam a concepção humana. Por outro lado, a posição firme e coerente do autor em defesa de um estatuto que seja pautado pela “igual dignidade de todos os seres humanos, independentemente de quaisquer condicionamentos acidentais” (p.21) se eleva como voz provocante, como apelo arrazoado contra qualquer sorte de manipulação e instrumentalização do embrião humano.

Endereço do Recensor:

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 5, Sala 305
90619-900 Porto Alegre, RS

KONINGS, Johan, “Ser Cristão. Fé e Prática”, Edit. Vozes, Petrópolis, 2003, 230 x 160 mm, 75 p.

Ney Brasil Pereira*

Aí está um “grande” pequeno livro. Lançado em inícios de 2003, não teve ainda a repercussão que certamente terá, e merece. Como diz a contra-capá: “Este livro é destinado aos que desejam compreender melhor o que é *ser cristão*: apresenta uma visão sintética e atualizada daquilo que se espera que um cristão creia e viva. Cristãos e não-cristãos, com interesses diversos – professores, universitários, jornalistas, artistas, educadores, pais e mães de família – encontram aqui uma descrição objetiva da religião cristã. A perspectiva adotada é a *católica*, mas isso não se opõe à intenção *ecumênica*, pois mostra o que as grandes tradições cristãs têm em comum e contribui para o diálogo, explicando, ‘sem complexos nem complicações’, a compreensão própria do que é ‘*ser cristão*’”.

O livro se estrutura em três partes. A primeira focaliza Jesus Cristo, porque “ser cristão” é acreditar que Jesus de Nazaré é “o Cristo”, o Messias de Deus. Dois capítulos desenvolvem esse tema: o primeiro descreve “o povo do qual nasceu o Messias”, especialmente suas “Escrituras”, isto é, a Bíblia, o Antigo Testamento (pp. 13-31); e o segundo detém-se no próprio Messias, a pessoa de Jesus de Nazaré, como no-lo apresenta o Novo Testamento (pp. 22-29). A segunda parte se ocupa com a “comunidade de Jesus”, a Igreja, apresentada também em dois capítulos: o primeiro descreve a história dessa comunidade, desde as suas origens, seu desenvolvimento, a era da “cristandade”, a Reforma e o Iluminismo, a Igreja e o mundo moderno (pp. 33-41); o segundo capítulo nos explica a estrutura e a vida da Igreja hoje, os sacramentos, a comunhão e participação ativa dos seus membros (pp. 42-50). A terceira e última parte explica em que consiste “a vida dos cristãos”, sintetizada como “o caminho do amor fiel”, em sua dupla dimensão: a “mística” e a “ética”. Esta última parte é estruturada em três capítulos: o primeiro, abordando a “mística”, a vida cristã na presença de Deus: a oração, a liturgia, a espiritualidade (pp. 53-59); o segundo aborda a “ética”, o seguimento de Jesus na prática: mandamentos e virtudes, opção fundamental, escatologia

* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC.

(pp. 60-62); o terceiro capítulo, conclusivo de todo o livro, apresenta “o Deus de Jesus Cristo”, Jesus como “o rosto humano de Deus”, Deus-Trindade, comunhão de amor, o “símbolo apostólico” e, enfim, em que consiste a “fé cristã e católica” (pp. 68-75).

Como explica o autor, o livro foi pensado para leitura pessoal, mas serve também para “sessões de estudo”, que poderiam ser “sete, conforme o número dos capítulos”, ou três, conforme as partes maiores”. Folheando o opúsculo, nota-se a abundância de notas explicativas, as quais, como também adverte o autor, poderiam ser preteridas numa primeira leitura, podendo – mas eu diria, devendo – ser aprofundadas depois. Didaticamente estão separadas do texto por uma linha dupla, às vezes ocupando quase a metade da página, e são realmente preciosas, possibilitando excelente aprofundamento. É impressionante a quantidade de informações valiosas que o autor nos oferece, em tão poucas páginas, numa apresentação concisa, mas absolutamente clara.

A título de sugestão, algumas observações: 1) entre as “abreviaturas gerais”, no alto da p. 7, consta “e.o.” (= “entre outros/as”), que a meu ver pode ser substituída pela abreviatura mais comum “p.ex.” (= “por exemplo”); 2) na p. 15, a citação de Dt 8,2-3 não corresponde à indicação da “prova da obediência do povo”; 3) na p. 18, em cima, o comentário sobre a Aliança como “carta de liberdade” poderia incluir mais alguma referência à Lei como reguladora da liberdade, e como garantia dos direitos de Deus e das pessoas; 4) na p. 26, no final da 2ª alínea, ficaria melhor o plural “pelas comunidades cristãs”, do que o singular, pelo fato de que a Eucaristia é celebrada localmente, *nas* várias comunidades; 5) na p. 29, no começo da 2ª alínea, entende-se o que quer dizer o “ato genitor”, só que “genitor” é substantivo: melhor, então, “ato conjugal”; na mesma p. 29, na citação de Ireneu (nota 39), a expressão “homem *psíquico*” ficaria melhor como “homem *natural*”, como a Bíblia da CNBB traduz 1Cor 15,45; 6) na p. 37, nota 14, a atribuição do calendário a Gregório Magno me parece um equívoco: a reforma do calendário Juliano, em 1582, essa sim foi promulgada por Gregório, não o Magno, mas Gregório XIII. Na mesma nota, estranhei a inclusão de João da Cruz e Teresa de Ávila entre os místicos medievais; 7) na p. 44, no fim da 3ª alínea, não é de fácil compreensão o que quer dizer “a morte torna-se a confirmação da vida...”; 8) na p. 45, na nota 15, é melhor omitir o pronome: “Deus é tão grande, que pode perdoar”, não “que *ele* pode perdoar”; 9) na p. 46, no final da nota 15, a citação de Jo 20,21 ficaria melhor como na tradução da CNBB: “para quem os *retiverdes*, ficarão *retidos*”, e não “mantiverdes”,

“mantidos”; 10) na p. 47, nota 19, em vez de “sacramento” deve-se ler, claro, “*sacramento*”, da mesma forma que, em vez de “pastorias”, “*pastorais*”; 11) na p. 56, nota 6, não fica bem a ressalva “*pouco importa se é Eucaristia...*”, pois certamente “importa”. O inciso poderia ficar assim: “mesmo se for só a Celebração da Palavra”; 12) na p. 57, no fim da 1ª alínea do ponto 5.3, não entendi o que significa “recebermos (= percebermos?) a alegria profunda...”; 13) na p. 58, no ponto 5.4, explicar (em nota) o que é “pregadores mendicantes”, ou substituir o termo: “pregadores populares”? Também os “voluntários para resgate dos escravos”... 14) na p. 61, nota 4, tenho a impressão de que nem todos os protestantes subdividem o 1º mandamento: penso que os luteranos, seguindo o catecismo de Lutero, não o subdividem; 15) na p. 65, no início da 2ª alínea do ponto 6.5, “Embora só possa ser *expresso*”, não “expressa” (o fim); 16) na mesma p. 65, nota 15, a citação da 1Jo 3,9 deveria ser “*não vive em pecado*”, em vez de “*não comete pecado*”; e “é impossível que ele *viva pecando*”, e não “que ele *peque*”; 17) na mesma p. 65, nota 17: “O imaginário *ao qual se recorre*”, não “a qual”. Quanto às “imagens apocalípticas”, elas “*não precisam nem deveriam* (acrescentar) ser tomadas literalmente”; 18) na p. 66, nota 19, a citação é, naturalmente, de Mt 25,34-40, não de “t”... 19) na p. 69, na 1ª linha, em vez de “O evangelho de João *reza que...*” melhor: “*afirma*”, “*proclama*”; 20) na p. 70, no fim da nota 9, há um hífen a mais em “*conduzindo os fiéis*”, não “*conduzindo-os...*” E acrescentar: “*fazendo-os crescer no conhecimento da verdade*”; 21) na p. 71, nota 13, faltou a interrogação, na citação de Is 49,15: “*Acaso uma mulher... ao filho de suas entranhas?*”

Repito o que afirmei no início: aí está um “grande” pequeno livro. Que merece a mais ampla divulgação e aproveitamento entre o nosso laicato, na certeza de que muito contribuirá para a redescoberta ou, mesmo, a descoberta do que é, do que significa *ser cristão*. Parabéns ao Pe. Konings, por mais esta benvinda contribuição para o conhecimento das “razões da nossa esperança” (cf 1Pd 3,15)

Endereço do recensor:

ITESC – cx postal 50 41
88040-970 Florianópolis, SC
email: neybrasi@terra.com.br

RENOUX, Christian, *La prière pour la Paix attribuée à Saint François: um énigme à resoudre* (“A oração pela Paz atribuída a São Francisco: um enigma a resolver”), Les Éditions Franciscaines, Paris, 2001, 17,5 x 11,5 cm, 214 p.

Ney Brasil Pereira*

Uma das orações mais queridas dos cristãos, católicos ou protestantes, é certamente a oração atribuída a São Francisco de Assis, a qual começa pedindo: *Senhor, fazei de mim um instrumento de vossa paz!* Acontece que a pesquisa histórica, realizada exaustivamente pelo autor, Christian Renoux, não conseguiu fazê-la remontar além de 1912, ano em que ela pela primeira vez apareceu, anônima, numa obscura revista devocional francesa. Só depois, especialmente a partir de sua publicação no jornal da Santa Sé, o “*Osservatore Romano*”, em 1916, começou sua rápida difusão, que em pouco tempo chegou a todo o mundo, traduzida em praticamente todas as línguas.

Christian Renoux é doutor em história moderna e conferencista da universidade de Angers, na França, militando há muitos anos na promoção da não-violência. Ele é co-presidente do ramo francês do Movimento Internacional da Reconciliação, e co-redator dos “*Cahiers de la Réconciliation*”. Pondo em ação todos os recursos da pesquisa histórica, ele consegue mostrar como, pouco depois de sua publicação, em 1912, esta oração não tem cessado de seduzir, no mundo inteiro, homens e mulheres devotados à causa da paz. Ele prova, também, que São Francisco de Assis não é o seu autor, pelo simples fato de que não se encontra seu texto entre os escritos do Santo, nem mesmo em qualquer outro documento conhecido de quem quer que seja, até inícios do século XX.

No seu prefácio ao livro, Pe. Willibrord van Dijk, capuchinho, observa que esta oração tão breve, objetiva, não sentimental, impressionou também os budistas do Japão e os monges do Tibet, e mereceu ser pronunciada solenemente por João Paulo II no dia 27-10-1986, na famosa jornada inter-religiosa de Assis. Nela não se encontra diretamente nenhuma alusão evangélica ou bíblica, e nenhum dos pedidos formulados é

* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC.



especificamente franciscano ou cristão. Seu conteúdo universalmente humano é que a faz despertar ressonâncias profundas em todo coração sincero, mesmo se a-religioso ou racionalista. Isto, porém, não contradiz – afirma Pe. Willibrord – a atribuição (gratuita) ao Santo de Assis. “Embora ele não a tenha escrito, nem em latim nem em úmbrio, a oração lhe foi atribuída porque se parece com ele” (p.7).

Quanto ao livro, diz o autor, “nasceu do desejo de um historiador engajado no serviço da paz, de saber mais sobre a história efetiva desta oração pela paz” (p. 11). A quantidade e a qualidade dos dados já reunidos autorizam, agora, a fazer um primeiro balanço e uma primeira síntese. Christian Renoux começa investigando os escritos de São Francisco de Assis, que faleceu em 1226. Pesquisou os poucos textos manuscritos da época do Santo, as edições impressas, as edições críticas, as fontes franciscanas, os estudos modernos sobre São Francisco... e a conclusão se impõe, absolutamente clara: São Francisco de Assis não é o seu autor. Como então a oração lhe tem sido constantemente atribuída?

O segundo capítulo descreve a origem moderna desta oração, cujo texto aparece pela primeira vez na revista devocional francesa “La Clochette”, editada em Paris, no número de dezembro de 1912. O redator da revista era o Pe. Bouquerel (1855-1923), que a publicou, sem nome de autor e sem atribuí-la a São Francisco, com o título despretensioso: “Uma bela oração para fazer durante a Missa”. Infelizmente, a documentação pessoal do Pe. Bouquerel foi perdida, e assim não se pôde achar o possível rascunho desse texto.

Depois de consagrar o capítulo 3º a uma interessante síntese da vida e da intensa atividade literária e apostólica do Pe. Bouquerel, o autor dedica o 4º capítulo a dois personagens que começaram a divulgar a “oração pela paz”: o Cônego Boissey, e o Marquês de la Rochethulon et Grente. O Cônego reproduziu o texto na sua própria revista, os “Annales de Notre Dame de la Paix”, no número de janeiro de 1913, citando a fonte: o boletim “La Clochette” do Pe. Bouquerel, novamente sem qualquer indicação de autor. O Marquês, por seu turno, lendo a oração nos “Annales”, descobriu nela a síntese dos ideais de justiça e paz que ele acreditava serem os de seu antepassado normando, Guilherme o Conquistador (!), expressos no seu suposto testamento do século XI. E, no contexto dos sofrimentos da Grande Guerra, iniciada em 1914, enviou o texto da oração ao papa Bento XV, apoiando os esforços do Pontífice pela paz. A novidade está em que o Marquês, mesmo citando suas fontes (“La Clochette” e “Annales”), intitula a oração “ao Coração de Jesus”, e



a declara inspirada no mencionado testamento de Guilherme o Conquistador. E é esse texto, com esse título, que aparece no jornal oficial da Santa Sé, o “Osservatore Romano”, em data de 20-01-1916, já numa tradução italiana. Uma semana depois, é a retradução do texto italiano para o francês que aparece no jornal parisiense católico “La Croix”, em 28-01, ainda sem qualquer atribuição a São Francisco de Assis. No entanto, a opinião do Marquês, que apresentou a prece como “inspirada” no suposto testamento de Guilherme o Conquistador, contribuiu para que começasse a difundir-se a opinião de que se tratava de um texto “muito antigo” (p. 69).

No capítulo 6º, o autor mostra como começou, indiretamente, a atribuição a São Francisco de Assis. Foi através de um santinho, impresso em Reims, na França, logo após a guerra de 1914-18, por iniciativa do capuchinho Pe. Benoît. No santinho, que estampa a figura de São Francisco de Assis, se encontra no verso o texto da oração, intitulada agora “Oração pela Paz”, e recomendada aos membros da Ordem Terceira franciscana, mas ainda sem atribuí-la ao Santo. A conexão, no entanto, indiretamente, já estava feita. Por volta de 1925, a oração começa a ser difundida em ambientes protestantes da França, através do pastor valdense Jules Rambaud, então empenhado na reconciliação entre franceses e alemães. Nesse mesmo ano, um oficial protestante alsaciano, Etienne Bach, adota a oração como texto oficial do seu movimento, e a publica no “Boletim dos Cavaleiros da Paz”, difundindo-a a seguir por todos os meios possíveis. Um cartão postal, impresso com o texto da oração, em 1927, a intitula “Oração dos Cavaleiros da Paz”. E são eles, os protestantes franceses, que, em agosto de 1927, pela primeira vez a imprimem com a indicação: “atribuída a São Francisco de Assis”, sem explicar, porém, essa atribuição (p. 81).

“Um sucesso mundial” é o título do capítulo 7º, no qual o autor informa sobre a difusão do texto da oração nos vários países da Europa. Na Inglaterra, a difusão começou entre os anglicanos, que a publicaram pela primeira vez em 1936, intitulando-a “A prayer of Saint Francis”. Na Suíça, em Genebra, uma senhora protestante, Mlle. Martin, que conhecera a oração, crê que ela possa servir à causa da paz, e consegue que a traduzam para o alemão. É essa tradução que começou a difundir-se na Alemanha, após a guerra de 1939-45. Ainda na Suíça, o poeta Lanza Del Vasto difunde o texto francês em ambientes católicos, a partir de 1939. Em 1945, entre os textos suplementares da liturgia calvinista renovada, em Genebra, encontra-se a nossa oração, atribuída a Francisco



de Assis e representando a Idade Média cristã (p. 90). Em 1940, nova tradução alemã do texto aparece na Áustria, em Salzburg, em ambiente católico. Nos Estados Unidos, o movimento católico dos Cristóforos, fundado em 1945, tomou a oração como sua e a difundiu largamente pelos jornais, a rádio e, logo, a TV. Da mesma forma, o senador católico Hawkes, que comentou a oração no senado americano em fevereiro de 1946, difundiu-a por centenas de milhares de exemplares através de todo o país, como sendo a oração “de São Francisco de Assis” (p. 95). Na França, a primeira atribuição da oração a São Francisco em ambiente católico data de 1947, na revista “L’appel de la Route”, do movimento “Companheiros de São Francisco”, fundado por Joseph Folliet. A mesma atribuição é assumida pela revista internacional “Pax Christi”, em 1951.

A partir de 1946, quando pela primeira vez a oração “de São Francisco” inspirou uma composição musical em inglês, têm-se sucedido e multiplicado as melodias inspiradas no texto. Em 1982, por ocasião do oitavo centenário do nascimento do Santo, catalogaram-se mais de quarenta composições, só em francês e em inglês. No Brasil, é conhecidíssima a melodia do jesuíta paraguaio radicado entre nós, Pe. Narciso Irala, desde a década de 70, bem como as melodias de Frei Fabretti e de Frei Luís Carlos Susin. E o autor assim conclui a sua resenha da difusão internacional do texto: “Graças às melodias, aos santinhos e cartões postais, e às coletâneas de orações, encontramos hoje, espalhados pelo mundo, milhões, mesmo dezenas de milhões de exemplares desta prece, publicada anônima em 1912 na modesta revista do Pe. Bouquerel. Este sucesso mundial é reforçado pelo uso público que dela fizeram e ainda fazem as mais diversas personalidades de renome internacional” (p. 110).

A essas personalidades o autor dedica o capítulo 8º, no qual recolhe os testemunhos de Lanza Del Vasto, fundador da comunidade gandhiana da Arca; do nosso Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda-Recife, no final do seu livro “O deserto é fértil”, de 1971; do Conselho Ecumênico das Igrejas, reunido em Nairobi, no Kenya, em 1975; da bem-aventurada Madre Teresa de Calcutá, que a recitou em Oslo, Noruega, em 1979, na cerimônia de aceitação do Prêmio Nobel da Paz; da Primeira Ministra britânica Margareth Thatcher, conhecida como a “Dama de Ferro”, ao assumir o seu encargo em 1979; do arcebispo sul-africano Desmond Tutu, também detentor do Prêmio Nobel da Paz em 1984, famoso por seus esforços para superar o apartheid; do nosso papa João Paulo II, na Jornada mundial pela Paz em Assis, em outubro de 1986, diante dos representantes das religiões mundiais; do Encontro Ecumênico europeu de Basiléia, em



1989, que em seu documento final retomou a oração, ampliando o primeiro pedido: *Senhor, faze de nós instrumentos da tua justiça; faze de nós instrumentos da tua paz; faze de nós instrumentos da renovação de todas as coisas* (p. 121).

Entre os comentários publicados sobre a oração, o autor cita “Francisco, a Bíblia dos pobres”, editado pelo franciscano holandês Auspicius van Corstanje em 1976. E cita igualmente o livro de Leonardo Boff, “A oração de São Francisco. Uma mensagem de paz para o mundo atual”, publicado no Rio de Janeiro, em 1999. No mesmo ano, em São Francisco da Califórnia, nos EE.UU., o teólogo americano Kent Nerburn lançou o seu comentário, intitulado “Make me an Instrument of your Peace” (p. 124).

O capítulo 9º do livro é mais técnico: faz um levantamento das diferentes variantes que o texto da oração foi assumindo ao ser divulgado e, depois, traduzido em tantas línguas. E o autor conclui assim a pesquisa: “Todos os textos que hoje conhecemos podem ser ligados, direta ou indiretamente, ao texto aparecido em “La Clochette”, em 1912. Isto confirma, uma vez mais, que lá está o texto-fonte de onde provieram todas as variantes, quer francesas quer nas traduções...” (p. 139)

O capítulo 10º, último do livro, faz um balanço geral da pesquisa. Lembra que o primeiro a contestar a atribuição a São Francisco é um franciscano francês, Pe. Barbier, o qual em 1945 já argumentava que “a oração geralmente atribuída a São Francisco de Assis... não é dele” (p. 142). Outro franciscano, desta vez nos Estados Unidos, Pe. James Meyer, numa antologia comentada dos escritos de São Francisco, em 1952, também contesta a atribuição ao Santo. Em compensação, cita uma bem-aventurança de Frei Egdíio de Assis, discípulo de Francisco, no século XIII, formulada assim: *Bem-aventurado é aquele que ama e não deseja ser amado; aquele que serve e não deseja ser servido; aquele que teme, e não pretende ser temido; aquele que é bom para com os outros e não pretende que os outros o sejam para com ele* (p. 144). Em 1958, o capuchinho francês Pe. Willibrord, escrevendo à revista franciscana holandesa, também informa que a oração atribuída a São Francisco não se encontra em nenhum documento escrito pelo Santo. Em 1968, o luterano alemão Frieder Schulz publica um longo artigo sobre a história da oração, descartando sua origem franciscana e situando sua aparição “por volta de” 1913. Em 1975, outro franciscano francês, Pe. Jérôme Poulenc, escreve um artigo sobre “a inspiração moderna” da oração atribuída a São Francisco. Em 1996, nos Estados Unidos, Pe. Regis Armstrong traduz e



publica, na revista franciscana de New York, os artigos já mencionados de Willibrord, Schulz, e Poulenc, para desfazer o equívoco da atribuição a São Francisco (p. 155).

Concluindo seu livro, que é uma pequena enciclopédia sobre o tema, o autor apresenta a lista das ocorrências da oração em francês, desde seu primeiro registro em “La Clochette”, em 1912, seguindo-se as ocorrências em inglês, alemão, italiano, holandês, espanhol, português, sueco, norueguês, dinamarquês, tcheco e esperanto (pp. 161-195). Oferece também ampla bibliografia (pp. 197-202), e Índices complementares. Assim, Christian Renoux oferece-nos os passos e o resultado atual dessa pesquisa que interessa a todos nós, sobre a origem surpreendente desta oração que realmente nos toca a todos e que, mesmo não sendo de São Francisco de Assis, corresponde tão bem ao seu espírito, que é o espírito do Evangelho.

Endereço do recensor:

ITESC – cx postal 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC
email: neybrasi@terra.com.br



OS PALESTINOS E ISRAEL

Terra, João E.M., “*A questão da Palestina*”, Ed. Loyola, 2003, 21 x 13,5cm, 180 p.

Shahak, Israel, “*História Judaica, Religião Judaica*”, Ed. Hugin, Lisboa, 1997 (trad.), 22 x 14,5cm, 143 p.

*Ney Brasil Pereira**

Estive várias vezes na Palestina. A primeira, em 1956, oito anos após a criação do Estado de Israel, quando havia uma linha divisória entre Jerusalém oriental, palestina, e Jerusalém ocidental, israelense. A segunda vez foi em 1972, quando Jerusalém estava unificada, após a guerra “dos seis dias”, de 1967. A terceira vez foi em 1981, quando visitei o Sinai, então ainda sob o domínio de Israel, antes da devolução ao Egito. A quarta vez foi em 1987, pouco antes da primeira “Intifada”. A quinta e última vez foi em 1996, uma estadia mais demorada, de quatro meses, sob o impacto do atentado terrorista a um ônibus urbano em pleno centro de Jerusalém, logo no dia seguinte à minha chegada. Ao partir, no início de julho daquele ano, tomei a decisão de não mais voltar para essa terra infeliz, a “Terra Santa”, cada vez mais estraçalhada pelo ódio. Lembro-me também de que, ao voltar, redigi um artigo, publicado nesta revista, com o título “Espiritualidade Judaica” (in “Encontros Teológicos” n. 20, 1996/1, pp. 37-45), artigo que terminava com a citação de Isaías de Jerusalém: *Naqueles dias, diz o Senhor, entre o Egito e a Assíria, Israel será uma bênção no meio da terra...* (cf Is 19,25-27) Por que não? Por que Israel não está sendo uma bênção?

Os dois livros em epígrafe ajudam a dar a resposta: o primeiro, de João E.M.Terra, exegeta e bispo católico, bispo-auxiliar de Brasília; o segundo, de Israel Shahak, judeu israelense, jornalista e professor universitário. Os dois livros, não volumosos, são complementares. Fornecem informações indispensáveis para se entender esse estranho enigma, cada vez mais obscuro, que é a “Questão da Palestina”.

Da Introdução de Dom Terra ao seu livro, cito os dois parágrafos finais: “Para mim, esta ‘questão da Palestina’ não é um problema

* O Recensor é Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC.



indiferente. O Israel bíblico é minha pátria espiritual e aprendi a amar os palestinos nos anos em que convivi com eles..... Como esta guerra entre palestinos e judeus é tão absurda, resolvi descrever a origem, o desenrolar desta questão e dar a pista de uma possível solução. Evidentemente, não posso deixar de reprovar veementemente, com o Santo Padre, todos os atos de terrorismo de extremistas palestinos. Mas, com a mesma veemência, repudio também as retaliações desmesuradas de Israel. Sei, muito bem, que a maioria dos israelenses não apóia essas medidas desumanas. Porque amo apaixonadamente o Estado de Israel, cuja existência considero um verdadeiro milagre, compartilho com meus irmãos israelenses sua dor, sua empatia e também seu vibrante protesto contra este novo holocausto que está acontecendo na Palestina” (p. 8).

O livro de Dom Terra, em 22 capítulos, é fruto de uma página semanal que ele publicou ao longo de um ano e meio, entre 2001 e 2002, no “Jornal de Brasília”, na capital federal, abordando a escalada incrível da violência na Terra Santa. O primeiro capítulo, com mapas ilustrativos, aborda a criação do moderno Estado de Israel, a partir da resolução da ONU de 29-11-1947, e da proclamação da independência do Estado judeu em 14-05-1948, seguindo-se uma primeira guerra entre Israel e os árabes. As hostilidades abertas cessaram com o armistício de Rodes, em janeiro de 1949. A partir de então começam os sofrimentos dos refugiados palestinos, expulsos de suas terras, mais de meio milhão deles. O título do capítulo 3º é significativo: “Atos de terrorismo e retaliações truculentas”. Esse título bem resume a lógica suicida dessa espiral de violência que não tem fim: cada ação armada de Israel implica a conquista de mais uma fatia do território palestino, suscitando desesperadas ações terroristas dos expoliados, seguindo-se por sua vez truculentas retaliações ainda mais terroristas... E a ONU, e o mundo, assiste a esse filme terrível pela televisão, sem intervir.

O capítulo 5º aborda a guerra “dos seis dias”, de 1967, praticamente uma retomada da guerra de 1956: em ambos os casos, a disputa foi alimentada, por um lado, pela União Soviética apoiando e armando o Egito e os árabes; por outro lado, os Estados Unidos e as potências ocidentais apoiando e armando Israel. Resultado da guerra: nova expansão territorial israelense, às custas de novos refugiados árabes, simplesmente desalojados de suas terras. Em outubro de 1973, a guerra “do Yom Kippûr”: atacado de surpresa pelo Egito e a Síria no seu dia religioso mais sagrado, Israel reagiu fulminantemente e reocupou o Sinai. Em 1982, invadiu o Líbano. Em 1987 teve início a primeira “Intifada”, ou seja, a



rebelião palestina nos territórios ocupados. Em 1995, é assassinado em Israel o primeiro-ministro Yistshaq Rabin, que, levando adiante as propostas das reuniões em Oslo (1993), estava empenhando-se pelo entendimento com os palestinos. Em 1996, o líder da OLP, Yasser Arafat, foi eleito Presidente do sonhado Estado palestino. No ano 2000, as negociações de paz estiveram bem perto de um acordo, mas degeneraram em violentos conflitos ao divergirem quanto à soberania dos lugares santos de Jerusalém. Em setembro desse ano, em reação à acintosa visita de Ariel Sharon à esplanada do Templo, explodiu a segunda “Intifada”: novamente, jovens palestinos inermes, atirando pedras, enfrentavam os soldados armados de Israel...

No capítulo 7º, Dom Terra traça o retrato dos dois protagonistas antagonistas dessa luta insana: Ariel Sharon e Yasser Arafat. No capítulo seguinte, abordando “o fundamentalismo e a guerra americana”, Dom Terra fala da “batalha entre o mito e o logos”: o *mito*, representado pelos fundamentalistas muçulmanos, que vêm a si mesmos como agentes de Alá, e o *logos* (razão, racionalidade), representado pelo poderio intelectual, econômico e militar dos Estados Unidos (p. 57).

Quanto aos colonos judeus, instalados cada vez em maior número nos territórios ocupados, inclusive na superpovoada (pelos palestinos) faixa de Gaza, apesar de todas as proibições internacionais, assim resume a situação o autor: “Sharon, como as demais autoridades israelenses, tem medo de provocar uma guerra civil interna com os colonos invasores, se tentar desalojá-los. Por isso, por covardia, prefere – aliás, pragmaticamente – debilitar ao máximo - vale dizer, eliminar - as lideranças palestinas e aterrorizar a população indefesa para provocar o êxodo dos palestinos da sua própria terra, ‘redimindo’ assim o território para os colonos judeus aí se instalarem, às custas do ‘anátoma’ (o *hérem!*) de todo um povo” (p. 75).

Comparando os fundamentalismos de parte a parte, o autor estuda, no capítulo 9º, o “fundamentalismo islâmico” (pp. 59-65), dedicando o cap. 11 ao “fundamentalismo judaico” (pp. 77-95). Segue, no capítulo 12, uma análise do que ele chama de “terrorismo sionista” (pp. 97-110). No capítulo 13, Dom Terra expõe o relacionamento entre “Brasil e Israel”, citando passagens de um livro com esse título, publicado pela Editora da Universidade de Brasília em 2002. Após os comentários do “Natal enlutado” de 2001 em Belém (p. 123), segue um capítulo intitulado “Programa de extermínio de Sharon” (pp. 125-128). O capítulo 16, intitulado “Exército de Israel x terroristas”, começa recordando que, se o



Estado de Israel comemorou, em 1997, meio século de existência, a “questão palestina” tem a mesma duração. E afirma: “Foi a ONU quem criou Israel. E criou-o sem pensar nas conseqüências trágicas para os milhões de palestinos que havia 2000 anos habitavam a região” (p. 129). Aí o autor fala em “sete milhões”, o que parece um exagero. Também o tempo de “2000 anos” deveria ser melhor explicado. Mas fica o fato de que o Estado de Israel foi criado numa terra que já tinha ocupantes de longa data.

No capítulo 17, o autor trata da questão de “Israel e os lugares santos”, e começa recordando a posição inalterada da Santa Sé: Jerusalém, pelo menos a Jerusalém antiga, pelo seu caráter de cidade sagrada para judeus, cristãos e muçulmanos, deveria ter um estatuto especial, uma administração internacional (p. 135). O capítulo 18 analisa, de modo realista mas também pessimista, “o presente e o futuro dos cristãos na Palestina”, cada vez mais reduzidos em número, quase sem outra alternativa senão sair... Nesse sentido, vale a pena citar, da Mensagem da CNBB “em favor da Paz no Oriente Médio”, de 15-04-2002, o que segue: “A construção da paz costuma ser custosa e demorada, mas constitui o único caminho a ser buscado pelos seres humanos que se respeitam a si mesmos e querem sobreviver de maneira digna. *Um povo sem pátria não consegue viver em paz.* Por isso é imperativo reconhecer o direito do povo palestino a ter sua pátria...” (p.158)

No capítulo 21, especialmente nas pp. 159-160, o autor denuncia com indignação o que ele chama de “o holocausto de Ariel Sharon”. A propósito, não consegue entender - nem o conseguimos nós - como é que um povo que sofreu o Holocausto, a *Shoá*, às mãos dos nazistas, esteja agora, através do seu chefe de governo, perpetrando holocausto semelhante contra os palestinos. E isso, apesar de tantas vezes, como num refrão, várias passagens da Torá advertirem: *Não aflijas o estrangeiro nem o oprimas. Pois vós mesmos fostes estrangeiros na terra do Egito* (Ex 22,20; 23,9; Lv 19,33-34; Dt 10,19; 24,17-18; 27,19).

O último capítulo do livro apresenta as condições da solução do conflito. Em síntese, como a ONU criou o Estado de Israel, é à ONU que compete intervir, de maneira eficaz, para estabelecer e garantir a paz. É o que escreve o autor, à p. 171: “Somente a força conjugada da ONU, respaldada pelos recursos econômicos e militares dos Estados Unidos, é que poderá criar uma poderosa força militar no Oriente Médio, capaz de implantar a paz. Israel terá de ser desarmado para se garantir ali o equilíbrio de forças. Uma reunião de religiosos cristãos, no dia 6-12-



2002, formulava as três premissas indispensáveis para a paz: 1) retirada das colônias judaicas dos territórios palestinos; 2) garantia de segurança a Israel; 3) garantia do controle internacional, por causa do ódio desmesurado entre ambos os contendentes” (p. 172).

Apesar dessa clara posição de defesa do povo palestino injustiçado, o autor não deixa menos claro o seu amor a Israel e ao Estado de Israel como tal. Como o professou no prefácio, reafirma-o no final do livro: “Se Israel deixar de investir loucamente na formação militar da sua juventude e no crescimento de seu arsenal bélico, e canalizar seus recursos para a promoção da paz, do progresso e do bem-estar social e da solidariedade entre os povos, então sim realizará o milagre do seu destino prometido a Abraão: ser a *bênção para todas as nações da terra* (cf Gn 12,3)”.

Agora, o livro de Israel Shahak, “*História Judaica, Religião Judaica*”, com o subtítulo: “*O peso de 3000 anos*”. Sobre o autor, é importante esclarecer que é judeu, nascido em Varsóvia, na Polônia, mas emigrado para a Palestina em 1945, aos 12 anos de idade. Chegou, portanto, à região antes da criação do Estado de Israel, e lá vive até hoje, sendo testemunha ocular dos fatos. Doutorado em química, foi professor na Universidade Hebraica da Jerusalém entre 1963 e 1981. Desde a década de 60 tornou-se crítico do sionismo, e em 1970 foi eleito presidente da Liga de Direitos Humanos e Civis. Entre seus livros, este, sobre a História e a Religião de Israel, avulta em importância, pela franqueza e conhecimento de causa com que aborda o assunto, vital para se entender a Questão da Palestina.

“História Judaica, Religião Judaica” foi publicado em inglês em 1994, pela Pluto Press, e reimpresso, com novo prefácio, em 1997. Desse ano data igualmente a tradução portuguesa, realizada em Portugal, e impressa em Lisboa, por Hugin Editores. Os dois prefácios do livro são assinados por Gore Vidal e por Edward Said. Do prefácio de Gore Vidal, cito o seguinte: “A partir de Jerusalém, Israel Shahak não cessa de analisar não só a penosa política de Israel hoje mas o próprio Talmude, e o efeito de toda a tradição rabínica num pequeno Estado que o rabinado de direita tenciona transformar numa teocracia só para judeus (p. 8)... Aqueles que o escutarem ficarão certamente mais sábios e – poderei dizê-lo? – melhores. Shahak é o mais recente, se não o último, dos grandes profetas” (p. 9).

Do prefácio de Edward Said: “Shahak cunhou a expressão ‘judeu-nazista’, para caracterizar os métodos usados pelos israelenses para



submeter e reprimir os palestinos. Todavia, nunca disse ou escreveu algo que não descobrisse por si próprio, visse com os seus olhos, experimentasse diretamente. A diferença entre Shahak e a maior parte dos outros israelenses é que ele estabeleceu as ligações entre sionismo, judaísmo, e as práticas repressivas contra os 'não-judeus': e, claro, tirou as suas conclusões" (p. 11). "Shahak vai ainda mais longe. É um secularista absoluto e sem vacilações quando se refere à história humana. Por isso não quero dizer que seja contra a religião, mas antes, que é contra a religião como uma maneira de explicar os acontecimentos, justificar políticas irracionais e cruéis, engrandecer um grupo de 'crentes' à custa dos outros" (p. 12).

O livro se divide em seis capítulos. As notas, importantes e numerosas, foram infelizmente relegadas para o final do livro, ocupando um total de 12 páginas. Evidentemente, para facilitar a verificação das justificativas do autor, elas deveriam ser notas de rodapé. Quanto à tradução, apesar de feita em Portugal, onde se imagina que a revisão e a própria tradução seriam cuidadosas, pareceu-me deixar a desejar, como demonstrarei mais adiante. Sirva de exemplo o uso repetido do adjetivo "israelita" (referente ao Israel bíblico) em vez de "israelense" (referente ao Israel moderno), por exemplo na citação que fiz acima, da página 11.

O primeiro capítulo, intitulado em forma de pergunta – "Uma utopia fechada?" – procura definir o Estado judeu, a ideologia da 'terra redimida', o expansionismo israelense (não "israelita"), e termina apresentando o dilema que Israel hoje enfrenta: "ou tornar-se um ghetto completamente fechado e aguerrido, uma Esparta judaica, sustentada pelo trabalho dos hilotas árabes, mantida pela sua influência no aparelho político dos Estados Unidos e pelas ameaças de usar o poder nuclear, ou tentar tornar-se uma sociedade aberta. A segunda escolha está dependente de um exame honesto do seu passado judaico, da confissão de que o chauvinismo e exclusivismo judaicos existem, e de um exame honesto das atitudes do judaísmo em relação aos não-judeus" (p. 29)

No 2º capítulo, "Preconceitos e prevaricação", Shahak começa falando da evolução que atingiu as comunidades judaicas por força da modernidade, a partir de fins do século XVIII: antes fechadas, coagindo até fisicamente seus membros, pouco a pouco tiveram de abrir-se e aceitar, mesmo a contragosto, a garantia dos direitos do indivíduo (cf p. 30). Quanto ao "fechamento", assim o descreve o autor: "Era um mundo afundado na superstição, fanatismo e ignorância mais abjetos, um mundo em que o sentido crítico, que é supostamente característico dos judeus,



estava totalmente ausente. E nada era tão proibido, temido e conseqüentemente perseguido, como a mais modesta inovação ou a crítica mais inocente" (p.35). Na p. 41, o subtítulo "A decepção continua" parece mal traduzido, porque o teor do parágrafo dá exemplos de falsificações, fraudes, enganações, como é o caso da publicação bilíngüe do "Livro do Conhecimento", de Maimônides, em Jerusalém, 1962: a tradução inglesa ameniza expressões que no hebraico são conservadas na sua crueza (p. 42). Outro caso de "envenenamento das mentes" é o do livro *Hatanya*, do movimento Habbad, do Hassidismo, segundo o qual "todos os não-judeus são criaturas totalmente satânicas, em quem não existe nada de bom" (p.44). E no entanto um grande humanista como Martin Buber, "louvaminhando todo o movimento hassídico, sem ao menos sugerir quais as doutrinas reais do Hassidismo em relação aos não-judeus, contribuiu também para a enganação" (p.45). No final do capítulo, ao referir-se ao silêncio e às justificativas em relação à opressão dos palestinos, Shahak fala da sua própria "luta contra o racismo e o fanatismo da religião judaica", contra a qual porém se erguem "não só os racistas judeus, mas também os não-judeus que, em outras áreas, se rotulam de progressistas" (p. 48).

O capítulo 3º, intitulado "Ortodoxia e Interpretação", é dedicado, como o autor mesmo esclarece, "a uma descrição detalhada da estrutura teológico-legal - não "tecnológico-legal" (!) - do judaísmo clássico" (p. 49). E por "judaísmo clássico" ele entende, segundo a Nota explicativa, o judaísmo rabínico depois do ano 800 dC até fins do séc. XVIII. Shahak começa questionando a "ilusão" de que a religião judaica seja, ou tenha sempre sido, monoteísta (p. 49), afirmação realmente provocadora, diante do fato de que o dogma central do judaísmo bíblico é justamente a unicidade divina, expressa no "Shemá": *Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus, o Senhor é um só* (Dt 6,4). Mas Shahak explica que o judaísmo clássico esteve "longe do monoteísmo puro", e isto por influência da cabala, segundo a qual o universo é dominado por várias divindades (p. 50)... Afirma também que o judaísmo "não é uma religião bíblica" (p. 53), porque a interpretação dos textos bíblicos não é a que provém do seu sentido literal, mas a que é imposta pelo Talmude (p. 53). Quanto ao próprio Talmude, sua estrutura é explicada nas páginas 56-60, seguindo-se uma amostra do sistema das "dispensas", que Shahak denuncia como um sistema "hipócrita", que foi "a causa mais importante do aviltamento do judaísmo na época clássica" (p. 60). Um exemplo, entre outros, da contundência da crítica do autor, encontramos-lo na p. 68: "Nas poucas áreas da vida pública em Israel que são completamente dominadas pelos círculos religiosos, o nível de

chicanice, venalidade e corrupção ultrapassa notoriamente o nível médio tolerado pela sociedade israelita não religiosa”...

O capítulo 4º aborda o que Shahak chama de “o peso da história”. Ele insiste em que não é possível abordar o judaísmo como um todo, sendo necessário distinguir, em sua história, quatro fases principais: 1) a fase dos antigos reinos de Israel e Judá, até a destruição do primeiro Templo, em 587 aC, e o exílio babilônico; 2) a fase dos dois centros judaicos, na Palestina e na Mesopotâmia, desde o regresso de Babilônia até cerca de 500 dC; 3) a fase do judaísmo “clássico”, ou medieval, que vai até iluminismo e a revolução francesa; 4) enfim, a fase moderna. Do judaísmo clássico, especialmente a partir dos séculos XI e XII, Shahak descreve “três características principais”, explicadas nas pp. 71-76. A seguir, informa sobre esse judaísmo na Inglaterra, França e Itália, no mundo muçulmano, na Espanha cristã e, enfim, na Polônia. Comenta igualmente as perseguições sofridas pelos judeus nesse período, bem como, nas pp. 87-90, fala do anti-semitismo moderno e, a seguir, nas pp. 91-94, da “resposta sionista”. Depois de fazer uma aproximação entre a ideologia de “raça” do nazismo e a do sionismo, afirma que este vai tendendo “para uma combinação de todos os ódios antigos do judaísmo clássico contra os gentios e para o uso indiscriminado e não-histórico de todas as perseguições aos judeus no passado, de forma a justificar a perseguição sionista aos palestinos” (p. 94). O capítulo termina com uma conclamação a “revolucionar o judaísmo”, expurgando-o “dos preceitos com os quais a religião judaica nas suas formas clássica e talmúdica está a envenenar as mentes e os corações” (p. 96). E “o caminho para essa revolução e para tornar o judaísmo humano, permitindo aos judeus compreenderem o seu próprio passado, reeducando-se assim fora dessa tirania, reside numa crítica implacável da religião judaica” (p. 96).

No capítulo 5º, Shahak comenta “as leis contra os não-judeus” encontradas na Halaká (não “no” Halaká) do judaísmo clássico, mantida até hoje pelo judaísmo ortodoxo e baseada no Talmude babilônico (p. 97). E exemplifica com a instrução dada publicamente aos soldados israelenses religiosos, desde 1973, para, em tempo de guerra, poderem, ou mesmo, deverem, matar “todos os gentios que pertençam a uma população hostil” (p. 98). Na p. 103, comentando o princípio óbvio de que a vida de qualquer ser humano deve ser preservada, Shahak escreve que, “segundo a Halaká, o dever de salvar a vida de um judeu é supremo, ultrapassando todas as outras obrigações e interdições religiosas, enquanto, em relação aos gentios, ou seja, os não-judeus, o princípio básico é que

as suas vidas, quando em perigo, não devem ser salvas, embora seja também proibido assassiná-los sem mais”. Nas pp. 105-110, ele expõe criticamente a casuística rabínica sobre a “profanação” do sábado, justificada quando se trate de salvar a vida de um judeu, vários casos sendo aí considerados. Nas pp. 114-116 Shahak comenta as leis especiais da Halaká contra os gentios que vivem na “terra de Israel”, isto é, “segundo a teoria maximalista, não só a Palestina, mas também todo o Sinai, a Jordânia, a Síria e o Líbano, e até partes consideráveis da Turquia”! (p. 114) Na p. 119, refere-se ao “Livro da Educação”, composto por um rabino anônimo da Espanha no século XIV e atualmente muito popular em Israel, sucessivamente reimpresso em edições subsidiadas pelo governo. O referido livro explica as 613 obrigações religiosas (*mitsvot*) do judaísmo na ordem em que são supostamente encontradas no Pentateuco, segundo a interpretação talmúdica. Entre outras coisas, o compêndio deixa claro que “amar o próximo” é “amar o irmão judeu” e que, por exemplo, a importância que o judaísmo atribui à misericórdia é, segundo a Halaká, a misericórdia para com os judeus, não para com os outros (p. 121). Nas pp. 122-124, Shahak comenta as atitudes do judaísmo rabínico em relação ao cristianismo (bastante duras) e em relação ao Islam (mais respeitadas).

“Conseqüências políticas” é o título do último e breve capítulo, o 6º do livro. A afirmação inicial é sintomática: “As atitudes persistentes do judaísmo clássico para com os não-judeus influenciaram fortemente os seus adeptos, os judeus ortodoxos, e aqueles que podem ser considerados os seus continuadores, os sionistas” (p. 125). Outra afirmação, na mesma página: “Mais crises governamentais israelenses (não “israelitas”) são causadas por razões religiosas, freqüentemente triviais, do que por qualquer outra causa”. Ainda outra afirmação, na p. 129: “O judaísmo, em particular na sua forma clássica, é totalitário por natureza...” Por fim, depois de lembrar que “a parte mais importante da crítica do passado judaico deve ser uma confrontação pormenorizada e honesta da atitude judaica para com os não-judeus”, Shahak assim conclui o seu livro, melhor, o seu libelo: “Embora a luta contra o anti-semitismo (e contra todas as outras formas de racismo) nunca deva cessar, igualmente a luta contra o chauvinismo e exclusivismo judaicos, que deve incluir a crítica do judaísmo clássico, é agora de importância igual ou superior” (p. 130).

Confesso que fiquei impressionado com essa crítica demolidora do judeu Shahak ao judaísmo clássico, sobrevivente ainda hoje, e com a sua insistência na necessidade de uma profunda autocrítica dos dirigentes religiosos do seu povo. Contudo, apesar de o livro ter sido escrito há mais

de dez anos, em 1993, com tanta franqueza profética, não há indícios de qualquer reversão – muito pelo contrário! – no processo de aniquilamento de todo um povo, cujo único crime é o de estar ocupando a terra que “por direito divino”, que ignora o “direito humano” dos palestinos, pertence a Israel...

Endereço do Recensor:

ITESC - Caixa postal 5041
88040-970 Florianópolis, Sc
email: neybrasi@terra.com.br



Pe. Márcio Bolda da Silva no Itesc

O ano letivo de 2004 no ITESC foi aberto solenemente por uma celebração eucarística, na quarta-feira de cinzas de 25 de fevereiro, presidida pelo Arcebispo de Florianópolis - Dom Murilo Ramos Krieger, representante do Episcopado junto ao Instituto. Ela foi precedida pela Aula Inaugural, proferida pelo Pe. Dr. Márcio Bolda da Silva - professor de teologia moral no ITESC e na PUC de Porto Alegre, que abordou o tema da 'justificação moral', assunto desenvolvido em seu mais recente livro. Na oportunidade, a Direção e os Departamentos de Pastoral, Ecumenismo e Comunicação apresentaram o Anuário Acadêmico 2004 e, juntamente com o Diretório Acadêmico, receberam os novos alunos. Neste ano, estão matriculados no curso de Bacharelado em Teologia 128 alunos, entre seminaristas, religiosas e leigos(as). Na tarde da mesma quarta-feira e durante todo o dia da quinta-feira, os alunos do 1º. Ano participaram de atividades de integração, conhecimento do Instituto e da Igreja do Regional Sul IV, bem como de uma manhã de espiritualidade. Pe. Márcio Bolda da Silva, neste ano, está fazendo presença no ITESC, na última semana de cada mês, quando ministra aulas de teologia moral e participa da reunião da Direção, na qual ocupa o cargo de Vice-diretor.

Assembléia da Fundação Dom Jaime no Itesc

Nos dias 02 e 03 de março, a Fundação Dom Jaime de Barros Câmara, mantenedora do ITESC e do SEFISC, realizou sua assembléia no ITESC e dedicou um tempo para sentir mais de perto a realidade dos estudantes de Filosofia e de Teologia, em especial das Dioceses de Santa Catarina. Na oportunidade, foi aprovado o novo Estatuto da Fundação, adequado à nova legislação brasileira. Os ecônomos das Dioceses também se fizeram presentes, realizando, a seu tempo, uma reunião específica, assumindo compromissos para a manutenção dos diversos serviços oferecidos pela Igreja no Regional. São membros da Fundação Dom Jaime os bispos das Dioceses de Santa Catarina, presidida no momento por Dom Paulo Antônio de Conto, Bispo de Criciúma.